

QUALIFICAÇÃO DAS PERIFERIAS

Álvaro Domingues

«... a quase totalidade das designações usuais não está já adaptada à realidade de que elas supostamente dariam conta. “Periferia”? O que é que ainda significa este conceito se o tecido construído coincide com a maior parte do território? (...) Deveríamos voltar ao problema do “distanciamento justo” na descrição, se for verdade que a solução deve derivar de uma terminologia adequada, isto é, de uma terminologia livre de vocábulos conotadores»

André CORBOZ, «La description: entre lecture et écriture» (2000) in *Le Territoire comme palimpseste et autres essais*, Ed. L’Imprimeur, Paris, 2001

Periferia é um conceito bastante vago e difícil de precisar. Geometricamente, a periferia mede-se pelo grau de afastamento ao centro. Pela negativa, periferia será então um «afastamento» do «centro» ou dos «centros». Como conceito definido pela negativa, a ideia de periferia carrega em si um sentido estigmatizador, sinónimo de rejeição, de marginalidade, no limite, de exclusão.

Geograficamente, a periferia pode ser designável com indicadores de posição, de relação, de dependência, assumindo também sentidos recorrentes na linguagem comum. Independentemente dos temas, em Portugal são comuns as referências acerca de uma periferia regional extensa (o interior rural, por oposição ao lito-

ral urbano), acerca da dicotomia capital/«província» (de facto, uma herança velha de um país macrocéfalo e dominado por estruturas autoritárias de poder), ou acerca dos centros metropolitanos e das suas periferias suburbanas. Numa tal variedade de escalas e de sentidos, no contexto do excessivo cartesianismo que caracteriza essas dicotomias, e tendo em conta a forte controvérsia que está contida nessas expressões e geografias mentais, já não se sabe muito bem que coisa possa ser o periferismo como coisa objectivada e consensual. Em rigor, quase tudo pode ser periferia de qualquer coisa, em tempos e geografias distintas, lugar ou condição. Centro, por oposição, pode ser o mesmo. A questão é que «centro» para além de lugar ou forma, é também um significado de organização – de onde tudo diverge e para onde tudo converge – uma espécie de *axis mundi* que antropológicamente pode tomar sentidos, representações e rituais diversos. Periferia seria o contrário de centro e por isso, desorganização ou caos – em todas as cosmogonias, o caos é um estado primordial, indeterminado, onde não estariam separadas as coisas do mundo ordenado pelos deuses.

Em vez de «periferia» tomada como sujeito ou de periférico(a) tomado como adjectivo polissémico («centralidade periférica» é um oxímoro recorrente que baralha atributos e mistura negações),

Oxímoro, figura de construção que consiste em reunir num mesmo grupo sintá(c)tico dois termos de sentido contrário (obscura claridade; o nada que é tudo; amor é fogo que arde sem se ver...), provém do grego 'oksómoron, ou', que quer dizer «engenhosa aliança de palavras contraditórias». cf. <http://ciberduvidas.sapo.pt/php/resposta.php?id=13569>

cabe questionar, de facto, (?) o que é que realmente se pretende designar quando se usam essas expressões (?), deixando de pensar que todos entendem o mesmo ou, pior, pensando que tudo cabe num leque alargado de situações onde mais ou menos todos se revêm no mesmo. É aqui que retomo a afirmação acima de André Corboz para parar e «guardar distâncias», para que as palavras não se desprendam da realidade que pretendem designar.

Deixando para outros outras periferias, gostaria de me focar nas periferias ditas urbanas. É aqui que a Geografia Urbana mais intensamente usa a adjectivação «periferia» (urbana) ou simplesmente «periferia». Esta aparece como uma denominação corrente misturada com a ideia de subúrbio para denominar os espaços da «explosão» da cidade na Europa urbana pós-industrialização. O caminho-de-ferro anulou muitos atritos territoriais, permitindo a expansão do (*sub*)urbio operário e, definitivamente, opondo a cidade dos lugares (a cidade antiga carregada de símbolos e vivências), à cidade das relações, da descontinuidade e das (inter)-dependências assimétricas; ou seja, a cidade deixa de ser coisa designável por uma forma contida em certos limites.

O subúrbio (e os suburbanos) originaram uma longuíssima produção científica e ideológica (da sociologia ao urbanismo, da política à economia, da fotografia, da literatura, ao cinema). Como muitas vezes ocorre, as palavras e os conceitos descolaram da realidade mutante daquilo que supostamente designam. Subúrbio transformou-se uma palavra *fetice* que designa, para lá dos significantes, significados e revelações que entretanto se lhes atri-

bui e que vão mudando. Uma espécie de encantamento negativo, por oposição a fetiches positivos ou deslumbramentos que abundam no léxico urbanístico de hoje (p.e. velocidade, inovação, criatividade, *master plan*, etc.). Nos EUA, o subúrbio tomou, curiosamente, significados positivos associados ao «sonho americano», por oposição ao gueto, habitualmente posicionado nas áreas centrais decadentes, pobres e mais ou menos marginais.

Hoje, o significado da periferia urbana perde-se ainda mais no mosaico da urbanização extensiva. Quando o território passa efectivamente a ser organizado por sistemas de fluxos, redes e relações (que associam escalas urbanas e elementos muito distintos), e não apenas por critérios de contiguidade-proximidade física, as posições «centrais» e, por oposição, as «periféricas», baralham-se nos seus atributos sociais, morfológicos, funcionais, simbólicos (e agora, cada vez mais, ambientais). A condição periférica (socialmente assim definida) pode estar num «centro» (disso falam os especialistas da regeneração urbana dos bairros pobres dos centros ditos históricos), e a distinção social pode residir num condomínio da «periferia» (os «subúrbios dourados» de que nos falam os sociólogos franceses, por oposição aos «subúrbios vermelhos» da periferia operária da metrópole fordista).

Alain Bourdin (*La Métropole des Individus*, Ed L'Aube, Paris, 2005), é bastante eloquente a respeito da confusão dos conceitos que abunda na produção da especialidade, e que está resumida naquilo que diz ser o debate simplificador que mobiliza um conjunto de estereótipos conhecidos:

Temas do ordenamento territorial

i) associa-se a cidade-centro ao centro urbano tradicional, à «cidade», a verdadeira (Françoise Choay já nos tinha alertado para a mudança da «cidade ao urbano», não por simples expansão/dilatação de um artefacto conhecido, mas por mudança da própria «condição urbana», i.e., aquilo que François Ascher veio mais tarde a designar por metápolis);

ii) a cidade é o «cenário» da dimensão pública ou colectiva e associa-se ao peão, ao espaço e equipamentos públicos, ao transporte colectivo, às práticas de sociabilidade, às noções de durabilidade/ sustentabilidade, às de identidade/ referenciação (face à anomia e aos «não-lugares»), ao cosmopolitismo social e cultural, à inovação, à convivialidade, em suma, à urbanidade (ver Daniel Innerarity, sobre a confusão entre espaço público/esfera pública, no sentido de Habermas, e «espaço público» tal como é concebido na urbanística; cf. *El Nuevo Espacio Público*, Ed. Espasa, Madrid, 2006);

iii) por oposição, a «ville étalée» ou a «ville émergente», é suposto ser a predominância do privado, do automóvel individual, da poluição, da não durabilidade, do desperdício e do gasto de solo, do fechamento e da individuação, da rotina, do encravamento neo-comunitário (a secessão urbana e as *gated communities*, ou a *banlieu* e as tribos urbanas), do isolamento social (!). Este esquematismo esconde a diversidade dos *banlieus pavillonnaires*, dos *grands ensembles*, das suas morfologias e modos de funcionamento social. As novas centralidades/polaridades da «periferia» são julgadas como monofuncionais, desencantadas, alienadas/consumistas, sem história, sem capacidade narrativa e simbólica... sem se referirem os materiais diversos do «fazer centro» (acessibilidade, função/ direccionalidade, produção simbólica/ referenciação); sem se discutirem as diferenças entre aglomeração/ conexão/ interacção e proxi-

midade física ou relacional. A cidade estilhaçada é quase sempre um imaginário feito de somatórios (a tal metrópole dos indivíduos) a que faltaria o cimento mínimo da esfera pública, como se tal fosse possível. Por aqui se nota uma inquietação que baralha os significados e as formas construídas do urbano e que atende sobretudo à necessidade de se manifestar/verbalizar algo que tenha que ver com a crise do social e do colectivo nas sociedades contemporâneas onde o Estado perde terreno a favor dos mecanismos avassaladores da globalização (a mesma sociedade que o citado D. Innerarity denomina de «centrífuga»... como o urbano, contrariamente à cidade centrípeta que é sempre uma imagem da cidade-estado).

Em resumo, como adianta A. Bourdin: «definitivamente, o principal defeito destas análises é talvez o de tentar organizar uma oposição simples e geograficamente legível entre centro e periferia (tal como) as teorias da centralidade (incluindo os Lugares Centrais de W. Christaller), foram durante muito tempo associadas, à relação cidade-campo (...), à referência a uma métrica comum e à ideia de continuidade/contiguidade espacial» (2005: 195).

Saindo dos esquemas duais centro/periferia que pareciam ser claros para os artefactos metropolitanos convencionais, o tema da periferia passa rapidamente a designar os territórios extensos da urbanização difusa (uma espécie de «outro», de grande «exterior» do lugar/cidade correspondente aos estereótipos referidos atrás), reconhecida como policêntrica (entenda-se, pontuada por centros/polaridades novas e velhas).

Para uns, esses territórios constituem a negação da ideia de cidade (enquanto forma e modelo de sociedade e de organização social, de cidade como arquitectura, para outros) ou mesmo a sua perversão; para outros, um híbrido cidade/campo (e, mesmo assim, admitindo que uns vêem aí o melhor da cidade e do

campo como na mitologia da Cidade Jardim, e outros, o pior); ainda para outros, onde me incluo, um «transgénico» que assimila propriedades do rural e do urbano «profundos», mas que, sobretudo e para além desses dois referentes opostos, corresponde de facto a «outra coisa» que não cabe nos modelos simplificados de uma oposição rural/urbano que já se perdeu por excessiva mudança do urbano e do rural de onde pretensamente partiram. Ora, se essa dicotomia já não faz sentido, também não o fará usarmos modelos e utopias que já se produziram para esses dois mundos (e que são muitas!). Usar recursos metafóricos como o transgénico (tirado da biologia, que sempre produziu metáforas férteis para denominar a cidade-corpo ou a cidade-ecossistema), ou o hipertexto (tirado da linguística e da cibernética para denominar certas estruturas produtoras de sentido e de racionalidade de organização textual; metáfora usada por A. Corboz, aqui citado), pode ser útil para ultrapassar velhos e sólidos obstáculos epistemológicos com que nos debatemos.

Dito isto, pode-se agora adiantar o enunciado posto no início do texto «a qualificação das periferias» (o plural sempre ajuda mas não basta). É necessário saber, antes do mais, o que é que exactamente se pretende qualificar e como. Diria, para atalhar caminho, que o planeamento urbano sempre tratou de pensar e projectar parâmetros de qualidade e de funcionalidade (alguns estéticos, também) pensados segundo desígnios dominantes e fortemente consensuais (contrariamente às utopias que sempre trataram de outra coisa diferente do «tempo comum»).

Hoje, o desígnio mais difundido é o da «sustentabilidade», uma espécie de mistura bastante problemática de coesão social, competitividade económica e durabilidade ambiental; como se não bastasse, tudo para hoje e para as gerações vindouras. Penso, realisticamente, que tal desígnio é antes de tudo uma espécie de fuga ou de luto mal feito pela perda disso tudo.

O urbanismo sempre lamentou perdas e disfunções, desde a Cidade Jardim à cidade da Carta de Atenas e aí não reside novidade nenhuma; sempre no urbanismo se construíram utopias futuras e retrospectivas (hoje há muitas, também, que situam o «bom e velho» urbano ou rural num tempo passado e numa geografia incerta).

A questão é que nos deixamos facilmente encantar com o poder mágico dos enunciados «articulados» e «integrados» que tudo querem acertar e compatibilizar numa sociedade e num território em constante e acelerada mudança a que falta o poder regulador do Estado na sua versão social-democrata. Regula-se uma coisa por critérios ambientais (e, mesmo esses, variam consoante se trate de eólicas ou de defesa da biodiversidade, p.e.); regula-se outra por um misto de eficiência e equidade; aprecia-se uma boa solução num país/economia/sociedade que a pode implementar, esquecendo-se que algures se resolve o mesmo com os mesmos, de outra maneira, com o chamado *dumping* social e ambiental; troca-se a crise política da democracia formal pelos caminhos tortuosos da participação como retórica apaziguadora – incluindo o que se esconde como puro *nimbismo* ou como planeamento por decibéis onde pode quem mais usa os recursos dos média, incluindo eles próprios. Enfim, procura-se tapar todas as brechas de um Estado que rebenta pela incapacidade em se impor democraticamente à ditadura da globalização e das suas regras (ou falta delas) e que entra em deriva institucional e crescente dificuldade em articular políticas sectoriais e, mais ainda, territorializadas (o *splintering urbanism* de que fala Stephen Graham; *Splintering Urbanism*, Routledge, London, 2001).

Outras atitudes pragmáticas (demasiado, às vezes) resolvem todo o excesso ou disfunção de regulação do território (o que para outros, é falta ou mera ficção legalista em todas as matérias, da energia aos transportes, do ambiente à logística; da escala local à regio-

Temas do ordenamento territorial

nal ou nacional), numa simples declaração de Potencial Interesse Nacional (PIN) que, afinal, acaba por descredibilizar aquilo que são normas básicas para o comum dos cidadãos. Outros tratarão de encontrar, como sempre, os bodes expiatórios que sempre dão a ilusão de que existe uma norma e que, por isso, haverá sempre justificações perversas para o que ela se desvia (a especulação, por exemplo, os interesses, os jogos de poder, as influências, etc.).

Digo, para finalizar, que construí uma experiência de terreno que vai com 25 anos de trabalho em Guimarães. Para uns, Guimarães é o modelo exemplar das políticas para a cidade histórica; para outros, todas as disfunções que são atribuídas à urbanização e à industrialização dispersas e onde cabem todas as nostalgias e traumas da perda do rural e do urbano «profundos». O município é o mesmo. A qualidade da cidade histórica de que falo não se fez nem contra nem a favor da não histórica.

Hoje tratamos de fazer uma leitura do território não pela forma mas pela adequação da infraestrutura à construção e às cargas urbanas. Contidas as frentes de urbanização de baixa densidade, respeitando as classificações legais das reservas agrícola e ecológica (ainda não houve PIN...), o desafio que temos pela frente é o de regular a qualidade da baixa densidade, entendendo por isso que o remédio nem sempre é a densificação ou a concentração (seria desastroso em toda a extensão do disperso). A «infraestrutura mínima» (estradas, redes de energia e telecomunicações, água e esgoto, etc.) que organizou a urbanização intensa que se produziu desde finais do séc. XIX, é hoje o suporte da grande parte da ocupação do solo. A extensão (e a fragmentação) dos campos são hoje o lugar perdido por uma agricultura que se reduziu ao mínimo em termos de expressão económica (ficou o solo) e que já não mantém a «jardinagem» da paisagem.

Mais que no desenho, é fundamental pensar nas «cargas urbanas» e na forma como se pode diminuir a «pegada» ambiental (energia utili-

zada, tratamento/reciclagem de resíduos sólidos e líquidos, controlo de emissões para a atmosfera, etc.); passado o gasto público em infraestruturação e equipamentos e serviços colectivos (factura assumida em grande parte por fundos da UE), o desafio é o da boa gestão dessa infraestrutura e dos serviços que ela organiza (água, esgoto, ensino, saúde, actividade cultural, etc.); passada a conjuntura de disponibilidade de dinheiros públicos, é necessário comprometer mais os privados no financiamento do colectivo; vencido o desafio da qualificação da cidade histórica, é necessário orientar as prioridades para a outra, sobretudo ao longo das estruturas axiais que aglomeraram população, actividades e emprego nas margens de estradas nacionais; encontrando soluções para a despoluição das linhas de água, abrem-se possibilidades e recursos para qualificar ambiental e paisagisticamente várzeas e veigas; construída a rede viária arterial, é necessário prever a procura de áreas de localização empresarial para junto dos nós das vias rápidas; face à falência da primeira geração de indústrias nas margens dos rios, é necessário regular usos compatíveis com critérios ambientais; depois da construção dos equipamentos de proximidade (ensino, saúde, assistência social, etc.) é necessário consertar ou concertar redes de gestão, etc., etc.

Qualificar é tudo isso, não interessa se periferia ou não, tendo a consciência que, mais do que os grandes gestos e documentos reguladores altissonantes (sempre estratégicos...) tudo isto se faz muito com a gestão do dia a dia, com escolhas e prioridades e não o tudo de uma vez para todo o território. Qualificar é obra aberta e que constantemente se faz com dados novos e com contextos e escalas territoriais muito distintas, pensando e actuando, agindo segundo práticas que são tecnicamente informadas mas são, sobretudo, da política e das suas artes, e do que isso significa de permanente negociação e de comunicação e mobilização para causas justas, ou pelo menos, tidas como tal.